



**EQUIPA PROTOCOLO
RSI**

MONOPARENTALIDADE NO RSI
INTERAÇÃO ENTRE SUBSISTEMAS PARENTAL/FILIAL

ABRIL 2014

FICHA TÉCNICA

Titulo: Monoparentalidade no RSI: Interação entre subsistemas parental/filial

Autor: Equipa de Protocolo RSI Cáritas Diocesana de Coimbra

Edição de texto: Ana Leonor Duarte (Socióloga) e Tânia Tomás (Psicóloga)

Edição gráfica: Sara Monteiro (Designer Gráfica)

Aprovação: Pe. Luís Costa

Local da edição: Coimbra

Data da edição: Abril 2014

Tiragem: publicação digital

Impressão: _____

Data de Impressão: _____



Índice

INTRODUÇÃO	3
A MONOPARENTALIDADE NO RSI	5
OS FILHOS MONOPARENTAIS	9
PERTURBAÇÕES NA PRIMEIRA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA	11
Cuidados parentais na Infância	12
Comunicação pais-bebé	13
Cuidados parentais na adolescência	14
BIBLIOGRAFIA:	18

*Toda a doutrina social que visa destruir a família é má,
e para mais inaplicável. Quando se decompõe uma
sociedade, o que se acha como resíduo final não é o
indivíduo mas sim a família.*

Vítor Hugo



INTRODUÇÃO

No quadro socioeconómico em que Portugal se situa, a crise financeira tem deixado marcas irreversíveis naquelas famílias que se situavam no limiar da pobreza. Os agregados que até aqui se classificavam na hierarquia das classes, como classe média baixa deixaram de conseguir manter-se no ranking acima da linha ténue que os separava de uma situação de vulnerabilidade. Assim, com o aumento do fosso que separa a classe alta e a classe baixa, o efeito tampão que refreia os conflitos sociais diminuiu e deu lugar a uma série de famílias que não conseguindo assegurar as suas necessidades básicas, procuram desesperadamente um emprego e reivindicam o mínimo de condições que garantam a sua sobrevivência.

Refletindo sobre estes dois anos de trabalho do Protocolo de Rendimento Social de Inserção da Caritas Diocesana de Coimbra, a Equipa considerou fazer uma breve análise sobre as famílias em acompanhamento que têm vindo a ser expostas a uma maior severidade de pobreza. Destas há um grupo que se destaca pela sua crescente vulnerabilidade social: as famílias monoparentais. Estas têm sido aquelas que mais carências têm revelado também devido à especificidade de características que apresentam. As limitações de horários, os encargos com os filhos, a gestão de toda a dinâmica familiar suportada por apenas um elemento, têm criado um distanciamento entre a sociedade e estas famílias, pela sua progressiva exclusão social.

Na sua grande maioria estas são representadas no feminino, uma vez que, após a separação, a regulação do poder paternal é atribuída às mães, que para além de enfrentarem uma forte instabilidade económica são alvo dos mais variados tipos de discriminação.

Desta forma, a nossa pequena reflexão vem, em primeiro lugar, caracterizar estas famílias que são acompanhadas na Equipa: idade, género, habilitações académicas, situação face ao emprego, idades dos filhos e o valor da sua prestação de RSI. Por outro lado, decidimos restringir a análise a um dos aspetos que consideramos fundamentais para a quebra do ciclo de pobreza que estas famílias experienciam: a relação pais-filhos. Com o intuito de conseguir estabelecer um padrão neste tipo de relação e perceber quais são os principais fatores que a influenciam, pretende-se, no final, perspetivar uma nova forma de intervenção e permitir alterar a reprodução de práticas sociais entre gerações.



Assim, numa primeira parte retraremos as famílias de forma quantitativa e numa segunda parte, iremos dar relevo às principais fases que constituem o desenvolvimento psicossocial das crianças oriundas deste tipo de família, nomeadamente, analisaremos quais os fatores que são estabilizadores/ desestabilizadores e que poderão vir a ser as linhas orientadoras para um novo plano de intervenção da Equipa.



A MONOPARENTALIDADE NO RSI

Um dos mais complexos problemas que se enfrenta quando se estuda a família é o da sua definição. A palavra família é uma unidade complexa e cheia de significados e as suas múltiplas perspetivas e dimensões de análise reforçam essa ambiguidade e imprecisão. Um emaranhado de significados e interpretações torna difícil procurar convergências entre tanta multiplicidade e diversidade para uma definição de família ou famílias. De facto, como salienta Gonçalves (1997), é reconhecido que a família é uma realidade complexa a nível psicológico, sociológico, cultural, económico, religioso e político, na sua mutabilidade e continuidade. Definir família não é fácil porque o termo é pouco específico e frequentemente utilizado para identificar situações bastante diversificadas. Como refere Pimentel (2001, p. 83), “isto é um indicador da complexidade de relações e dimensões implicadas no espaço familiar e dos vínculos e limites que nele se articulam”.

Todos temos a noção do que deve ser uma família. Todos pensamos nela como um lugar de partilha de afetos, cuidados, responsabilidades. Ainda se pensa numa família tradicional, idealizada, constituída por um homem e uma mulher legalmente unidos em matrimónio e filho(s). Esta conceção de cariz tradicional, apoiada pela nossa sociedade, reflete crenças tradicionais, morais e sociais. Não significa que não haja outros tipos de famílias, no entanto todos os estudos de outros tipos de famílias (desviantes, de risco, problemáticas, etc.) foram-se desenvolvendo e ainda o fazem em torno deste conceito de família nuclear.

Os estudos sobre a família têm incidido sobre diferentes variáveis familiares: estatuto marital, número de crianças, expressões de emoção, vinculação, coesão ou conflito, práticas parentais de comunicação, práticas de relacionamento com a comunidade, ambiente familiar. Além disso, podemos estudar as perceções individuais que um sujeito tem da própria família, perceções individuais de dois ou mais membros, ou interações comportamentais entre os membros da família. Para autores como Fontaine, Campos e Musitu (1992), mais do que os aspetos objetivos da relação pai-filho, são as interpretações subjetivas dessa relação que têm a influência mais poderosa no processo de construção das características psicológicas.

O que se designa por família monoparental refere-se a uma família com um vínculo mãe-filho e irmãos possíveis. Será possível pensarmos numa família sem um casal?



Uma ideia que não é fácil de pensar é que ela pode ser compatível sem um vínculo de casal, sem, por isso, deixar de ser uma família.

O conceito de “família monoparental” refere-se, em sociologia da família e nos estudos de política social, a uma mãe ou um pai a viver sem cônjuge e com filhos dependentes (crianças ou jovens adultos solteiros), sendo esta a definição encontrada nos estudos sobre o funcionamento e as consequências da monoparentalidade. Por se tratar sobretudo de “mães” sós com crianças, são em geral famílias mais “vulneráveis”, quer no plano económico quer do ponto de vista dos cuidados prestados às crianças.

Em 2011, o peso dos núcleos familiares monoparentais com filhos de todas as idades no total de núcleos familiares era de 14,9%, e de 22,9% no total dos núcleos familiares com filhos (Fonte: INE - 2013).

De acordo com os Censos 2011, a percentagem de famílias monoparentais com filhos menores de 18 anos afetadas pelo desemprego era de 15,1% em 2011, sendo o desemprego mais elevado no caso das mães sós do que nos pais sós.

Relativamente às famílias acompanhadas na Equipa, do total de 249 famílias, 78 são monoparentais, o que representa 31.73% do universo considerado. É um número significativo, quando pensamos que casais com filhos somam um total de 84 famílias, o que equivale a 33.73%. A dissolução do casamento por divórcio é um acontecimento demográfico relevante em Portugal nas últimas décadas cuja leitura deve ser enquadrada pelas alterações legislativas ocorridas depois de 1974. De qualquer forma, é de sublinhar o aumento do número de divórcios até 2010 trajetória que se inverteu nos últimos dois anos (2011 e 2012). Analisando os dados concretos das famílias monoparentais em acompanhamento temos 80.8% onde o motivo foi separação/rutura contrastando com 19.2% onde a monoparentalidade surge de forma tradicional, isto é, por morte ou emigração do outro progenitor.

Quanto aos dados referentes ao género, este estudo revela que a monoparentalidade é uma situação essencialmente vivida no feminino, podendo ser assim conceptualizada como uma dimensão da fragilidade social das famílias. A proporção aparece em 93,6% de famílias monoparentais femininas para 6,4% masculinas. Esta situação pode ser explicada por uma razão principal: após um nascimento fora do casamento (ou de união de facto) e depois da separação ou um divórcio, são quase sempre as mulheres que ficam com os filhos à sua guarda.



Existem três aspetos principais que traçam o perfil das famílias monoparentais em Portugal. Um aspeto tem a ver com o contexto específico de mudança familiar com que nos estamos a deparar, pois tendo em conta a evolução dos indicadores demográficos, podemos aferir que a proporção de mães e pais sós, separados/divorciados tenderá a aumentar.

A monoparentalidade é em muitos casos sentida como um fracasso, provocando um processo de marginalização social que se reflete num sentimento de inferioridade e de desvalorização pessoal sobretudo pela mulher que é, maioritariamente a responsável pela família monoparental. Esta fragilidade emocional não é de forma alguma sentida apenas pela mulher. A figura paterna encontra-se quase sempre ausente nestas famílias, porque se demitiu das suas funções devido ao afastamento (voluntário, imposto pela mãe ou família materna). No entanto, é importante salientar que a Família Monoparental não é necessariamente uma família de risco nem tão pouco oriundas desta, estão sujeitas a fatores de risco. Tudo depende do modo como a rutina é gerida pelos cônjuges e de outras problemáticas sociais associadas que aumentam o grau de vulnerabilidade destas famílias, nomeadamente a precariedade económica.

Definindo o conceito de pobreza como uma situação de privação do acesso à satisfação de necessidades básicas essenciais (alimentação, vestuário, habitação, saúde,...), resultante da falta de recursos, com implicações na condição existencial do indivíduo (Costa et al, 2008) e no exercício da liberdade, como direito humano fundamental, consideramos este no caso dos beneficiários que se encontram nesta condição e que auferem uma média de **193.43€** mensais. É importante referir que os valores que apresentam são extremamente baixos, muito embora, sejam contabilizadas as pensões de alimentos para efeitos de cálculo da prestação. A questão reside que muitas vezes os valores destas pensões não vão além do 75€ por filho e que não aumentam significativamente a qualidade de vida destas famílias, perpetuando o ciclo de pobreza.

Outra variável importante a ter em conta é a distribuição da titularidade destas famílias pelas faixas etárias. A maior percentagem de titulares surge nos escalões entre os 35-39 anos (21,8%) e entre os 40-45 anos (21,8%), logo seguida dos escalões 30-34 anos (17,9%). Depreende-se que o fenómeno da monoparentalidade surge mais tardiamente na vida das pessoas e quando os filhos já não são muito pequenos: a expressão deste fenómeno é muito diminuta no escalão mais baixo 20-24 anos (1,3%).



Relativamente à situação face ao emprego, 56,4% dos titulares que fazem parte destas famílias encontram-se desempregados/as e 16,7% estão a frequentar formação. Apenas 12,8% estão inseridos profissionalmente e 5,1% estão a frequentar o ensino superior. Neste sentido, poderemos considerar a hipótese de que a monoparentalidade é mais um fator de exclusão social no que respeita ao acesso ao emprego, sendo um fator que limita não só pela questão dos horários, mas também pela necessidade de prestação de cuidados aos filhos.

Até ao momento esta problemática estava praticamente ausente das políticas sociais, não tendo surgido ao longo das duas últimas décadas medidas específicas de proteção ou de intervenção junto de famílias de pais ou de mães com filhos. É verdade que foram tomadas algumas iniciativas que reconhecem a vulnerabilidade acrescida deste tipo de família, mas trata-se de medidas esporádicas e que não foram, de modo algum, definidas no contexto de uma política global de apoio dirigida às famílias monoparentais.

No caso das mulheres a situação é ainda mais complicada uma vez que, por norma, as categorias profissionais que ocupam exigem baixa escolaridade e são muitas delas baseadas nas suas “habilidades domésticas”, o que torna os seus empregos alvos fáceis da precariedade.

No que respeita às habilitações académicas dos requerentes das famílias acompanhadas pela Equipa a maior percentagem é 9º ano (47.4%), seguida de 12º ano (24.4%) e uma diferença considerável para o 6º ano (11.5%). Finalmente com o 4º ano (5.1%) e sem habilitações (5.1%), licenciatura e mestrado (6.5%).

Analisando os dados à luz da escolaridade obrigatória, percebemos que muitos deles a fizeram, mas que a integração em mercado de trabalho será seguramente uma situação muito mais almejada em detrimento do seguimento dos estudos. Para além disso, a obtenção da certificação com o 9º ano passa por perceber que pode ser uma mais valia no acesso a um emprego e que mais rapidamente obtêm essa integração. O fim último é sempre a busca do meio de sustento a uma família que depende só de um.



OS FILHOS MONOPARENTAIS

Acredita-se, no senso comum, que o modelo ideal de família para a criação, educação e desenvolvimento das crianças é a família nuclear, ou seja, aquela composta pelos pais e seus filhos. Lee Salk afirma que a família nuclear é o meio ideal para o desenvolvimento das crianças, pois elas precisam de um ambiente familiar, um lar seguro e acolhedor para que suas necessidades sejam melhor suprimidas. Os pais são também importantes na socialização da criança, principalmente nos seus dois primeiros anos de vida. Mussen e outros definem a socialização como o processo pelo qual as crianças aprendem os padrões, valores e comportamentos esperados na sua cultura e pela sociedade onde estão inseridos. A mesma obra menciona que a família é a parte mais importante do ambiente da criança, visto ser ela o agente primário de socialização e o mais influente na modelação da personalidade do indivíduo ao transmitir valores, crenças e normas da cultura.

Nesse contexto de influências externas, ressalta que para se compreender o desenvolvimento da criança é preciso examinar o padrão de interação na família e as influências culturais que aquela família sofre.

A diversidade interna das famílias monoparentais (sexo, idade, habilitações, condição sócio económica) caracterizam esta dinâmica peculiar de cada uma, mas existem alguns traços comuns que podem ser identificados:

- . A situação sócio económica da própria família altera-se: após a separação o progenitor que fica detentor do poder paternal fica numa situação de maior vulnerabilidade;
- . Alteração da organização e dinâmicas familiares (alteração das rotinas);
- . O tempo disponibilizado para as crianças é menor, tendo em conta que há um maior comprometimento para o sustento da família.

Esta situação de fragilidade é também proporcional ao número de filhos: se a família for numerosa, mais dispendiosa se torna.

Analisando as famílias monoparentais em acompanhamento, 43,5% tem apenas um filho e 44,9% tem dois, o que evidencia as tendências demográficas em que os casais optam por menos filhos. Apenas 2,6% têm mais de três filhos. No entanto, a situação de exposição à pobreza mantém-se, porque por em quase todas as situações estes filhos estão em idade escolar e não contribuem para o aumento do orçamento



familiar. Apenas 22 famílias, do total de 78 têm filhos com mais de 18 anos, e ainda assim, em 15 destas, os filhos estão a prosseguir os estudos.

Relativamente às idades dos filhos, o escalão etário com o maior número de crianças situa-se entre os 13 e os 18 anos (40 crianças em 30 famílias). Dos 7 aos 12 anos são 28 crianças (em 33 famílias) e igual número recai na faixa etária > 18 anos (em 22 famílias). Dos 0 aos 6 anos são 27 crianças.

Este é um indicador importante para traçar um plano de intervenção na Equipa, uma vez que é principalmente na adolescência (13 aos 18 anos) que muitas destas famílias experienciam as maiores dificuldades na relação pais/filhos. Da mesma forma, poderemos considerar a importância de uma prevenção primária em grupos de jovens pré adolescentes, tendo em conta que temos também um número considerável de famílias com filhos com idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos.

Finalmente uma nota para o número de processos em acompanhamento em que os filhos estão sinalizados na CPCJ/EMAT. São 17 os agregados que são acompanhados pelos técnicos destas instituições, o que corresponde a cerca de 22% do total das famílias nesta condição.

As crianças têm, na sua maioria, um presente ou passado marcado por perturbações do comportamento e/ou perturbação de hiperatividade com défice de atenção. A sinalização foi efetuada por problemas que por vezes conduziram a um destes diagnósticos. Há que salientar que existem várias famílias que não estão sinalizadas, mas que já estiveram no passado ou estão na eminência de o ser.

Importa refletir sobre a causa que leva a que estas famílias sejam consideradas mais vulneráveis e daí decorra um maior número de sinalizações.



PERTURBAÇÕES NA PRIMEIRA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

A saída de elementos do núcleo familiar são mudanças relacionadas com situações de *stress* decorrentes de acontecimentos críticos, como o divórcio. Estas afetam a família como um todo e cada um dos seus membros, podendo gerar não só disfunções individuais mas também conflitos familiares e ruturas (Alarcão, 2006).

Quando os problemas de comportamento diferem substancialmente daquilo que é esperado para a idade da criança, em termos de tipo, severidade ou duração, podemos falar de psicopatologia e (dependendo dos problemas de comportamento apresentados) em perturbação de comportamento.

Quando existe um padrão persistente da falta de atenção e/ou impulsividade-hiperatividade, com uma intensidade que é mais frequente e grave que o observado habitualmente nos sujeitos com um nível semelhante de desenvolvimento fala-se de Perturbação de hiperatividade com défice de atenção.

A intervenção com crianças que apresentam perturbações de comportamento tem sido uma das preocupações da comunidade técnica e científica que se ocupa do diagnóstico e tratamento de crianças e jovens.

Segundo a classificação proposta pela American Psychiatric Association, em 1987 (DSMIII-R), o diagnóstico das perturbações de comportamento implica a ocorrência de transgressões, roubo, furto, mentira, desobediência, fuga, invasão/destruição/dano de propriedade alheia, crueldade para com animais ou pessoas, uso de armas, confronto físico com outros e abuso sexual.

Na maioria dos casos os problemas de comportamento nas crianças, são específicos da idade e tendem a desaparecer com o crescimento. Apenas quando estes problemas de comportamento diferem substancialmente daquilo que é esperado para a idade da criança, em termos de tipo, severidade ou duração, podemos falar de psicopatologia e (dependendo dos problemas apresentados) em perturbação de comportamento.

Quanto à evolução deste tipo de patologia e consequências sociais associadas, são diversos os trabalhos que a relacionam com a criminalidade, perturbações psiquiátricas, consumos de drogas, precaridade laboral, prostituição, promiscuidade sexual e detenções. Loeber, Magnusson, Stattin, Dunér, Patterson, Reid e Dishion (citados por Stattin & Magnusson em 1996), concluíram nos seus estudos, que a



criminalidade adulta se relaciona com problemas de conduta na infância e na adolescência.

De acordo com as investigações desenvolvidas na Suécia, Stattin e Magnusson (1996), concluem que os comportamentos de oposição, desobediência, desafio, teimosia e conduta agressiva, tendem a ser substancialmente estáveis no tempo. Encontraram uma relação significativa entre este tipo de comportamentos e o abuso de drogas na adolescência em ambos os sexos. Os estudos longitudinais realizados permitiram apurar que nos rapazes a existência de problemas comportamentais deste tipo se pode associar à precocidade da primeira relação sexual e à existência de maior número de parceiros após os 18 anos. Nas raparigas a promiscuidade sexual parece surgir mais cedo, que nos rapazes. Apenas nos adultos do sexo masculino foi possível concluir haver relação entre a baixa escolaridade e a perturbação comportamental na infância.

Existe portanto, um risco acrescido de futura desadaptação social, (como por exemplo criminalidade e abuso de álcool e drogas), nos jovens e adultos que, em crianças, apresentaram perturbações de comportamento, estando a gravidade associada à precocidade dos primeiros comportamentos desviantes.

Segundo estudos existe uma relação significativa entre o baixo estatuto socioeconómico da família, nomeadamente os baixos rendimentos, problemas conjugais, baixa escolaridade dos pais, mãe com problemas de saúde mental e receber cuidados parentais inadequados. Se analisarmos as famílias que têm a prestação deferida, na sua maioria reúnem estas condições descritas, sendo este um grupo de risco.

Atualmente, uma grande percentagem dos descendentes das famílias monoparentais que são acompanhadas na Equipa têm problemas de desadaptação social, e/ou evidenciam sinais de pré-delinquência.

Cuidados parentais na Infância

A interação comportamental, ou seja as condutas partilhadas entre o bebé e os seus pais, as trocas de gratificações narcísicas entre pais e filhos, as aceitações, as recusas, as desilusões e a expectativa são um constructo mútuo e contínuo. Assim



sendo é clara a importância da qualidade da relação precoce no desenvolvimento das crianças, até porque a qualidade dos cuidados parentais diminui as angústias.

Comunicação pais-bebé

A interação mãe - bebé é possível graças à competência comunicativa da mãe que lhe permite responder adequadamente ao bebé e à competência precoce do bebé que lhe permite entrar ativamente em relação com o meio. Mas o nascimento de recém-nascido também tem impacto no pai, existe a maneira direta de abordar a relação pai-bebé, em que os contactos e as trocas entre o bebé e o pai são diretas. A segunda abordagem considera a influência que o pai exerce sobre o bebé indiretamente, através da relação conjugal, através do apoio que ele oferece à mãe e dos diferentes aspetos da relação do par. Na interação direta pai - bebé, existem pontos comuns com a interação mãe - bebé, nos dois casos dão-se trocas caracterizadas pela reciprocidade e por processos de mútua regulação. Existem também caracteres particulares na interação pai - bebé, o pai tem um papel importante em relação à diferenciação psicosexual da criança e à aquisição progressiva de uma identidade sexual. De certa maneira isto é evidente porque a interação do pai com o bebé, fornece a este último a primeira manifestação da existência de um outro sexo.

A necessidade de afeto é uma necessidade em si mesma, segundo Montagnu (1971) “ a privação das experiências de contacto pele a pele comprometem o desenvolvimento harmonioso do bebé, particularmente aquando do período precoce da relação mãe-filho. A privação táctil é sentida como uma falta de afeto.”(Cf. Matos, M.,2005,p.58)

Na maioria das famílias monoparentais acompanhadas pela equipa não existe interação das crianças com os dois progenitores, ou com uma figura de referência de ambos os sexos, o que influencia o desenvolvimento dos menores. Estas crianças têm carência afetiva e falta de acompanhamento por parte dos progenitores que têm não conseguem assegurar-lhes as necessidades básicas. Torna-se assim importante o diagnóstico, o mais precocemente possível pois alguns sintomas de hiperatividade-impulsividade ou falta de atenção que causam défices surgem antes dos 7 anos de idade.



Cuidados parentais na adolescência

Os cuidados maternos têm que ser adequados às fases, estádios, etapas do desenvolvimento da criança, evitando assim a infantilização tardia e a maturação precoce. Assim na fase da adolescência, os cuidados estão ligados com o processo de separação - individuação que por sua vez está ligado com a problemática dos lutos (perdas com que o adolescente é confrontado), com o problema da gestão da agressividade e a culpabilidade que daí pode resultar e com a rutura do equilíbrio entre os investimentos objetais e os investimentos narcísicos. De acordo com Amaral Dias, C. e Vicente, T. (1984) os vários lutos existentes são:

- o luto pela fonte de segurança, que corresponde ao luto pela mãe refúgio. A perda de refúgio materno corresponde à perda da mãe que dá segurança, cuida e protege;
- o luto da imagem corporal, que corresponde à perda da quietude do corpo e à perda da estabilidade da imagem do corpo. A perda da quietude do corpo refere-se ao facto do corpo do adolescente já não poder ser satisfeito pela presença da mãe ou através da satisfação fisiológica (fome, sono, frio...). O corpo do adolescente através da emergência da pulsão sexual perdeu a capacidade de ser preenchido e satisfeito, como ocorria durante a infância. A perda da estabilidade da imagem do corpo deve-se ao facto do adolescente sofrer em pouco tempo uma transformação profunda da imagem do seu corpo, a forma da imagem, a dinâmica e a função social do corpo alteram o conhecimento do corpo.

É frequente o adolescente fazer interrogações ansiosas sobre o corpo e senti-lo como imperfeito. No plano dinâmico, existe a perda das coordenadas espaciais que levam a algumas renúncias ou ruturas dos adolescentes relativamente a algumas atividades. Por vezes o adolescente recua e desinveste algumas atividades em que parece menos elegante, mais desajeitado, como atividades culturais (dança) e atividades físicas, este recuo fá-lo sofrer. O adolescente às mudanças físicas inelutáveis acrescenta múltiplas modificações, muda o penteado, o seu vestuário, a sua atitude e por vezes a sua forma de agir;

- O luto da bissexualidade potencial, que vai dar origem à escolha de um objeto heterossexual. Quando a puberdade chega ao corpo o indivíduo vê-se atribuído um sexo, é claro que até à puberdade tanto rapazes como raparigas sabem que são ou



uma coisa ou outra. Mas tanto a rapariga como o rapaz podem adotar na infância, comportamentos próprios do outro sexo, sem no entanto pôr em causa a sua identidade. No entanto, a transformação pubertária leva a criança a perder esta bissexualidade potencial, na adolescência ou se é homem, ou se é mulher, não se pode ser os dois ao mesmo tempo. Em todos os adolescentes a puberdade obriga a uma renúncia, pela menos parcial, levando durante algum tempo a uma perda interna, perda da parte terna e passiva no rapaz, perda da parte agressiva na rapariga. A inteligência passa a abstrata, passando o infinito a ser possível e o corpo especifica-se num só sexo, criando assim um paradoxo;

- Luto renovado pelo objeto edipiano, relacionado com o desinvestimento dos aspetos edipianos dos pais na presença destes, que permite posteriormente um reinvestimento numa nova relação, externa e interna, com os objetivos parentais. Numa perspetiva genética e desenvolvimental, na adolescência o processo de individuação corresponde à rutura dos vínculos de dependência da família, à perda dos objetos infantis, com o objetivo de se tornar membro por inteiro da sociedade. A individuação é um processo complexo que implica perdas, a perda do objeto edipiano, associa-se à perda do refúgio materno, desenvolvendo um novo modo de relação.

-luto pelo grupo, que se torna possível quando adquire a capacidade de estar só.

O crescimento pubertário é acompanhado de um aumento das pulsões no corpo e na psique do adolescente, de pulsões sexuais e agressivas. O adolescente experimenta uma tensão interna que procura eliminar através de saídas que não a sublimação. É nesta fase que o adolescente se declara incompreendido pelos pais e afasta-se, desenvolvendo defesas contra esta agressividade.

A modificação do equilíbrio entre os interesses pelo mundo exterior e os interesses pelo mundo interior é algo bastante importante na adolescência. O desinteresse pelo mundo exterior advém por vezes da necessidade de rutura com os interesses e com os investimentos da infância, por vezes o adolescente sente a necessidade de romper com os interesses do passado. Sendo esta rutura por vezes uma proteção para o objeto ou um desinvestimento dos interesses individuais. A adolescência implica uma alteração do ideal do eu, o ideal da criança advém da idealização da criança pelos pais, da idealização dos pais pela criança e da idealização da criança por si própria. O indivíduo no decurso da adolescência já não idealiza os pais, antes os desvaloriza,



os pais também retiram uma parte da idealização que atribuíam à criança, uma vez que esta já não se encontra submissa às projeções parentais idealizantes. Relativamente à idealização da criança por si própria, existe a perda de autoestima, que é acompanhada por um sentimento de vazio. O adolescente pode construir sistemas de defesa contra este sentimento, como a adesão a um grupo, alterando as idealizações. Na adolescência dá-se o período mais sensível da construção da identidade humana, o sujeito confronta os seus ideais primitivos, próprios das identificações primárias, com ideias mais realistas que obrigam a reformular as representações que se tem de si mesmo, as representações que tem dos pais e dos objetos formadores.

Neste sentido e como complemento ao acompanhamento das crianças e adolescentes, a criação do Grupo dos jovens ativos procura dar resposta a este sentimento e influenciar positivamente a construção do auto - conceito. Isto porque o auto - conceito, segundo Gecas 1982 é definido como “a perceção que o indivíduo tem de si próprio como um ser físico, social e espiritual ou moral”, (cf. Vaz Serra, A., 1986, p.57). Shevelson e Bolus (1983), referem que esta perceção é organizada segundo duas categorias descritivas e avaliativas (cf. Vaz Serra, A., idem). Estas categorias são produto de abstração e interpretação do comportamento observado do próprio indivíduo. Assim sendo as avaliações refletidas pelos outros, a comparação do comportamento do indivíduo com as normas do grupo de referência, as atribuições pessoais feitas ao comportamento observável e outras vai influenciar a construção do auto - conceito.

Assim a construção do auto - conceito é um momento interpessoal, pois é influenciada pelos pensamentos, sentimentos e ações do indivíduo, tal como pelos pensamentos, sentimentos e ações dos parceiros de interação social. Em conclusão, a maneira como a pessoa se percebe e se avalia pode influenciar a forma como se relaciona com os outros”. (wells e Marwell, 1976 in Serra, Vaz, 1986, p.58). O desempenho proveniente de determinado papel social, pode ser considerada pelo próprio indivíduo como sendo satisfatório ou insatisfatório e assim dar lugar a sensações agradáveis ou desagradáveis. De acordo com as sensações, podem ser estimulados novos comportamentos ou pelo contrário poderá dar origem a uma inibição da Ação. Esta construção tem tanto poder que o êxito e o progresso numa carreira podem não ter nada a ver com as capacidades intelectuais.



Em conclusão, o autoconceito do indivíduo é o reflexo da avaliação que os outros fazem do seu comportamento. Este pode ser notado e valorizado dependendo do meio onde o desenvolve, influenciando a sua autoimagem. Nesse caso pode-se dizer que a avaliação que um indivíduo faz do seu comportamento depende das avaliações que os outros lhe fazem. Estudos levados a cabo por Vaz Serra, Matos e Firmino (1987) realçam a importância da relação pais/ filhos na construção do autoconceito. Este tem um crescimento proporcional à qualidade do ambiente familiar, sendo que os ambientes familiares carenciados e com relações disfuncionais geram um autoconceito mais baixo. Uma pessoa significativa que faça constantemente avaliações depreciativas a uma criança, é natural que esta se torne mais tarde num adulto com autoconceito pobre, levando a uma estrutura psicológica vulnerável e consequentemente lesar a sua autoestima, características comuns nas nossas famílias em acompanhamento. Os esquemas formados ao longo da vida na dependência com o outro, principalmente na interação com o sistema familiar, vão condicionar a perceção que o indivíduo tem de si próprio. As relações familiares são evidentemente um fator de peso e determinam a formação do autoconceito.

Tendo em conta estas premissas, é imprescindível ajudar a reeducar as famílias e, principalmente, as ditas famílias monoparentais capacitando-as para no futuro termos jovens com um auto conceito elevado, motivando os beneficiários à atividade e consequente autonomização.

Para finalizar, é importante referir que estas reflexões poderão ser o pano de fundo para um novo plano de intervenção da Equipa junto das nossas famílias, nomeadamente, aquelas que revelam ter maior disfuncionalidade ao nível das relações entre pais e filhos.



BIBLIOGRAFIA:

Amaral Dias, C.; Vicente, T.N. (1984), *A depressão no adolescente*, Porto: Edições Afrontamento

Alarcão, Madalena, (2006), *(Des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto

Canavarro, M.C.(1999). *Relações Afectivas e Saúde Mental*. Coimbra: Quarteto

Costa, A. et al. (2008) *Um olhar sobre a pobreza- Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal Contemporâneo*

Fontaine, A., Campos, B., & Musitu, G. (1992). *Perceção das interações familiares e conceito de si próprio na adolescência*. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 8, 69-78.

Gonçalves, C. (1997). *A influência da família no desenvolvimento vocacional de adolescentes e jovens*.

INE (2013). *Como evoluíram as famílias em Portugal?*

Pimentel, L. (2001). *O lugar do idoso na família: contextos e trajectórias*. Coimbra: Quarteto.

Matos, M. (2005). *Adolescência, representação e psicanálise*. Lisboa: Climepsi

Mussen, P. (1975) *Psicologia da criança - Socialização*. Campinas: Epu

Stattin, H., & Magnusson, D. (1996). *Antisocial development: A holist approach*. *Development and Psychopathology*, 8, 617-645.

Vaz Serra, A., (1986). *A importância do Auto-conceito*. *Psiquiatria Clínica*, 7(2),pp 57-66.

Vaz Serra, A., Firmino, H., & Matos, A. (1987). *Autoconceito e locus de controlo*. *Psiquiatria Clínica*, 8 (3), 143-146.